

EMPOBRECIMENTO DO CAMPO ⁽¹⁾

Gilmar Gusmão Dadalto ⁽²⁾

A nova ordem econômica mundial, onde a competitividade tem sido a palavra-chave em todos os setores da economia, vem alterando significativamente o padrão de desenvolvimento econômico, social e político das nações, numa velocidade tão rápida, que países como o Brasil não tem conseguido se preparar adequadamente para enfrentar o fenômeno da globalização. Este fato se agrava em setores como a agricultura, devido aos baixos níveis de produtividade, qualidade e agregação de valor aos produtos, predominantes na maioria das propriedades rurais, composta de pequenos produtores.

A renda obtida na agricultura é muito baixa, cerca de três vezes menor que a renda **per capita** dos centros urbanos. Trabalho desenvolvido recentemente pelo Engenheiro Agrônomo Enio Bergoli da Costa mostra que, na maioria das pequenas propriedades do Espírito santo, são necessários 50 hectares para gerar um salário mínimo/mês de renda na pecuária de leite e 35 hectares na pecuária de corte para obter a mesma renda.

Outra demonstração da baixa renda gerada na agricultura foi publicada em artigo no jornal A GAZETA de 15/06/96, mostrando resultados preliminares de uma pesquisa feita pelo Instituto Vox Populi em assentamentos rurais conduzidos pelo INCRA, onde a renda mensal de algumas famílias não chega a meio salário mínimo. Mais que um possível lance de promoção pessoal, o episódio da oferta de venda ao Governo da fazenda Itamaraty, do megaempresário Olacir de Moraes, em TDA (Títulos da Dívida Agrária), evidencia que agricultura, na atual conjuntura, não é mais uma atividade atrativa nem para os grande empresários, existindo outros setores da economia com maior rentabilidade. Na realidade, o que mais atraía os empresários a investir na atividade agrícola era o crédito rural facilitado e subsidiado existente no passado.

Essa baixa remuneração e, portanto, baixa competitividade da atividade agropecuária, comum atualmente na maioria das propriedades agrícolas brasileiras, acelerará o êxodo rural, porque dificilmente o produtor ou seus

empregados permanecerão no campo, só pela subsistência ou com níveis salariais tão baixos. No Espírito Santo, a situação atual não é tão desastrosa devido aos preços do café, em níveis razoavelmente remuneradores, constituindo-se numa situação passageira, segundo dados estatísticos de preços históricos, onde a média está bem abaixo dos preços atuais, principalmente para o café arábica.

Este fato é ainda mais preocupante porque não se vislumbra saídas para a agricultura em curto prazo, uma vez que as mudanças necessárias para que os pequenos proprietários rurais se tornem competitivos são muito lentas, em função de vários aspectos como tradição de cultivo com baixo nível tecnológico, baixo nível de instrução, elevado grau de descapitalização e elevado risco de produção, dentre outros.

Todo esse relato mostra, que se o desejável para a nação é apropriar-se ao máximo dos benefícios sociais e econômicos decorrentes da agricultura, esta não pode ser enfocada somente numa visão reducionista e monolinar da geração de tributos e controle inflacionário, como normalmente tem sido veiculado na imprensa. Ela deve ser vista, principalmente, como uma importante função social, à medida que gera alimentos, fibras, energia e outras matérias-primas vitais para os consumidores e reduz a pressão sobre os centros urbanos, com reflexos positivos sobre os dispêndios em serviços essenciais realizados pelo Estado como saneamento básico, abastecimento de água e urbanização das áreas. Este investimento é extremamente justificado, pois um cidadão no meio rural custa para os cofres públicos cerca de dez vezes menos em relação àquele que reside no meio urbano.

Para que se alcance o desejável, é necessário que se dê um tratamento prioritário ao setor agrícola, tornando-o competitivo num futuro não muito distante. O poder público deve cumprir minimamente o seu papel legal de indutor do desenvolvimento rural, prestando serviços gratuitos e de qualidade, principalmente para a grande massa constituída de pequenos produtores rurais. A falta de sensibilidade e prioridade para a agricultura continuará contribuindo

para o engrossamento das fileiras dos sem-terra, os conflitos fundiários e, fundamentalmente, os bolsões de miséria nas médias e grandes cidades.

⁽¹⁾ Publicado em *A Gazeta*, Vitória/ES, 08/07/1996.

⁽²⁾ Eng. Agrônomo do Incaper e Presidente da Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos.

DISTORÇÃO DE VALORES ⁽¹⁾

Gilmar Gusmão Dadalto ⁽²⁾

A questão da dívida rural, tão polemizada nas últimas semanas, tem motivado reflexões sobre a sensibilização e a conscientização da sociedade urbana brasileira, com relação à importância do setor agrícola. Independentemente do mérito da questão, exageros e distorções à parte, fica evidente que muitos dos segmentos representativos da sociedade urbana brasileira ainda não estão sensíveis aos problemas da área rural. Isso serve de referência para os governos, que não dão prioridade à agricultura.

O Governo Federal aprovou o PROER (Programa de Recuperação dos Bancos) e a sociedade aceitou, principalmente os correntistas dos bancos beneficiados, por causa do risco de perder o dinheiro. Aceitou também a renúncia fiscal para a implantação da fábrica de veículos da Ford, sob a alegação da geração de emprego. Aceitou o aumento salarial dos militares temendo o aumento da falta de segurança.

Entretanto, quando se trata de beneficiar o setor agrícola, muito pouco é feito efetivamente. A sociedade urbana brasileira ainda não reconheceu a função estratégica do setor agrícola de vital importância na geração de empregos e na produção de alimentos. Ao contrário, a agricultura tem sido usada pelo governos nos últimos anos, apenas como sustentáculo da economia brasileira, primeiramente servindo como “âncora” ao plano real e, agora, neste ano de 1999, como importante segmento para ampliar as exportações e assegurar taxas positivas do PIB nacional.